

Um mês de maio fora do roteiro

Carlos Moura



FHC: AS BOAS NOTÍCIAS NÃO SURTIRAM O EFEITO ESPERADO

Luís Costa Pinto
Da equipe do Correio

Em dezembro do ano passado o presidente Fernando Henrique Cardoso convocou alguns ministros e assessores do Palácio do Planalto para uma reunião em seu gabinete. A missão dada ao grupo integrado por Andrea Matarazzo, Aloysio Nunes Ferreira, Pedro Parente e pelo menos dois publicitários era traçar uma estratégia que evitasse a concentração de más notícias no mês de maio.

Certos de que o mau humor do brasileiro se manifesta nessa época do ano porque é em maio

que sai o reajuste do salário mínimo — e que desde a implantação do Plano Real, em 1994, este reajuste tem sido reduzido, na casa dos 6% — a instituição do mínimo de R\$ 180 deu-se em março. Não funcionou.

Desde 1995 a popularidade presidencial cai em maio à medida que o pessimismo da sociedade em relação à economia avança. Em 1998, ano da campanha de reeleição, maio chegou ao fim com uma pesquisa de intenção de voto do instituto Vox Populi apontando 31% para Fernando Henrique e 30% para Lula, candidato do PT. O susto passou e a reeleição veio em primeiro turno.

Ontem, Fernando Henrique tinha certeza que falhara o arsenal de boas notícias lançadas para exorcizar a impopularidade. Isolado no gabinete, não tinha a quem confessar o insucesso. Procurou um sociólogo que o auxilia na leitura dos recados passados pelas pesquisas de opinião. Ouviu um diagnóstico técnico. “O esquema de reação política não funcionou. Aloysio Nunes e Pedro Parente não inspiram confiança no Congresso”, disse o interlocutor. Referia-se aos ministros da Casa Civil e da Secretaria de Governo. “Já o Moreira Franco, espalha intriga dos outros e nunca traz notícia boa.”

O presidente está só. Tasso Je-

reissati, governador do Ceará, parou de telefonar para o gabinete presidencial. Limita-se a retornar as ligações quando é requisitado. Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, não desfruta da intimidade do antecessor Mário Covas (morto em março) para dar palpites a Fernando Henrique. Paulo Renato Souza é tratado como “amador em política”. Resta José Serra, ministro da Saúde e virtual unido como candidato oficial à sucessão de 2002. “Ele o ouve, mas às vezes faz o contrário do que recomenda”, diz um tucano que ontem tratou da imagem do governo em reuniões com ministros.

Demitir Fernando Bezerra do Ministério da Integração Nacional, sob acusação de enriquecimento ilícito, não estava no roteiro deste maio (*leia reportagem na página 10*). Ter de optar entre apagões ou altas multas para racionalizar energia (*reportagens páginas 17 e 18*) também não. Além disso, o presidente teme ser chamado a selar um acordo entre os senadores Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães, para evitar o esfacelamento da base de apoio partidário a seu governo (*“O jogo dos senadores”, página 9*). Em razão da enxurrada de problemas que assola o Planalto, a agência financeira Fitch, dos Estados Unidos, anunciou ontem que

“disputas políticas internas” no Brasil podem rebaixar a cotação dos títulos e da moeda brasileira. Traduzindo o economês: a agência quis dizer que a CPI da Corrupção que será instalada no Congresso (*leia texto abaixo e na página 7*) podem provocar abalos no Plano Real e na estabilidade econômica. Se isso acontecer, o presidente tem de expiar as culpas de sua equipe antes de acusar a oposição. Afinal, é um aliado do Planalto quem ensina: “A CPI será instalada. Quem tem competência, se estabelece. O governo governa e a oposição tenta puxar o tapete dele”, diz o presidente do Senado, Jader Barbalho. “Política é assim.”